

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.050 - SP (2019/0196041-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **A.TONANNI CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**
ADVOGADOS : **RAFAEL MARINANGELO - SP164879**
 TANIA AOKI CARNEIRO - SP196375
 FERNANDA MELLO MACHADO E OUTRO(S) - SP318292
 MARIANA ANDRADE CHIAVEGATTI - SP316855
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **LÍGIA VILLAS BOAS GABBI E OUTRO(S) - SP196294**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **A. TONANNI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 639):

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE PRIMAVERA.

BOA-FÉ CONTRATUAL. Alegação de renúncia tácita do débito, suprindo-se assim a obrigação contratual de pagamento. Inocorrência. Prova nos autos de que houve a efetiva cobrança dos valores.

CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. Cumprimento do objeto contratual pela contratada. Inadimplência do Poder Público comprovada. Juros de mora e correção monetária devidos. Correção monetária cabível a partir do vencimento. Incidência dos juros a partir do inadimplemento, por se tratarem de obrigações líquidas, certas e exigíveis (art. 397, CC). Precedentes do e. STJ. Cálculo que deve ocorrer conforme decisão do col. STF, em repercussão geral (RE 870.947/SE, Tema 810), e do e. STJ, em recurso repetitivo (REsp 1.495.146/MG, Tema 905).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Sucumbência recíproca. Parte autora que decaiu minimamente do pedido. Honorários que devem ser suportados integralmente pelo réu. Inteligência do art. 86, parágrafo único do CPC. Valor bem fixado.

RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 692/694).

Nas razões do apelo especial, aponta a parte recorrente violação do art. 85, §§ 2º e 3º, e sustenta, em síntese, que: **(I)** a fixação da verba honorária sucumbencial em percentual do valor da causa, e não da condenação ou do proveito econômico, configura ilegalidade, sob o argumento de que *"... o valor da condenação sofrida pela Recorrida é facilmente mensurável, a partir da simples aplicação dos consectários legais."* (fl. 667).

Requer, por fim, que **(II)** *"... seja determinada ainda a majoração da verba honorária de sucumbência em seu favor para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, considerando-se o trabalho adicional realizado em grau recursal, consoante a regra do artigo 85, § 11º, do Novo Código de Processo Civil."* (fl. 675).

Contrarrazões às fls. 712/716.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Isto porque, no tocante ao montante do percentual arbitrado como verba honorária, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem majorou a verba honorária para 12% do valor da causa (fl. 648). Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a alteração do valor dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante. A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. JUÍZO DE VALOR FEITO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre no caso em apreço. Logo, a fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via especial, ante o óbice da Súmula 7.

2. A revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, com fundamento em dissídio jurisprudencial, mostra-se de difícil demonstração, uma vez que não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, porquanto, como já asseverado, as instâncias ordinárias fixam o quantum com base no conteúdo fático-probatório dos autos.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 701.463/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/8/2015, DJe 2/9/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GUARDA. LEI MUNICIPAL Nº 1.886/2000. SÚMULA 280 DO STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE A CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O exame da natureza da gratificação de função de guarda trazida pela Lei Municipal nº 1.886/2000 encontra óbice na Súmula nº 280 do STF, que impede o exame de lei local no âmbito do recurso especial.

2. A revisão da verba honorária é admitida por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso, em que os honorários foram fixados em 10% sobre o valor da condenação. Nesse sentido: AgRg no AREsp 104.771/PE, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 09.03.2015.

3. O dissídio jurisprudencial deixou de ser demonstrado nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art.

255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, "pois é entendimento do STJ de que a divergência

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles" (AgRg no Ag 1.222.961, SP, Relator o Ministro Herman Benjamin, DJe de 24.02.2010).

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 469.094/PE, Rel. Ministra MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 17/4/2015)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator